

19 JAN 1995

# Tristes trópicos

Ninguém melhor do que o deputado José Genoino (PT-SP) definiu o que tem sido, até agora, o esforço concentrado do Congresso Nacional neste mês de janeiro: "Foi uma bomba acendendo o pavio da outra".

Bombas que, seguramente, irão explodir na cabeça da sociedade brasileira, uma vez que serão os cidadãos, logo depois das empresas privadas, que irão pagar a conta da sucessão de barbaridades que a Câmara e o Senado conseguiram cometer em apenas dois dias desta semana.

O festival começou com a aprovação do aumento salarial para o presidente da República, ministros de Estado, funcionários de segundo escalão, ministros dos tribunais superiores e, naturalmente, para os próprios deputados e senadores. Não contentes em conceder-se um aumento de mais de 100%, ainda maior que o dado ao presidente e outros beneficiados, os parlamentares armaram expedientes que lhes concederam um 14º e um 15º salários à guisa de "ajuda de custo". Com isso, os cidadãos de primeira classe da **sui-generis** "democracia" brasileira dinamitaram a última ponte que os ligava ao **País real**, habitado pelos cidadãos de segunda (os funcionários públicos, que têm a chance de invocar a isonomia e alcançá-los) e de terceira classe (nós, que pagamos a conta): o calendário gregoriano. Agora eles têm o seu próprio que, para a agenda de trabalho, institui a semana de três dias, enquanto para a agenda de salários, institui o ano de 15 meses.

O segundo ato do festival foi a aprovação da anistia para o senador Humberto Lucena e 17 outros "sócios" da gráfica do Senado, acusados de crime eleitoral que, registramos para os cultores do otimismo empedernido, foi considerado inconstitucional por vários juristas e poderá ser contestado no STF pelo Ministério Público Eleitoral.

Esse nobres congressistas não fizeram restrições de credo ou de cor. Escolheram seus clientes apenas pelo que eles tinham no bolso. Negociaram com todos que tinham a anistia com que pagá-los. Ao governo, dito "de centro", e aos seus aliados, ditos "de direita", deram a MP tributária, na beira do abismo da anualidade e sem a qual o Real arrebataria ainda neste primeiro semestre. Para a esquerda, deram o aumento do salário mínimo, que esta depositou graciosamente no colo do presidente da República, antegozando a cara que ele fará ao vetá-la, depois de ter o seu próprio salário aumentado.

Para o povo, não deram nada porque este não tinha como pagá-los neste final de mandato. O povo ficou só com a conta da MP tributária e com a angustiada torcida para que toda essa promiscuidade não acabe instilando a síndrome da imunodeficiência con-

tra a corrupção e a velha cultura política justamente naqueles que eles elegeram para acabar com elas...

O que os nobres deputados e senadores levaram dois dias para armar, já se sabe, talvez custe bem mais que o mandato de quatro anos deste governo para desarmar. Daí a angústia gerada aqui fora, que pode ser medida pelo desempenho da Bolsa de Valores, espécie de termômetro dos humores do **País real**, diante das auspiciosas novidades. O salário de R\$ 100 é o de menos, porque não vai ser mantido. Terá apenas o efeito de corroer parte do cacife eleitoral do presidente obrigado a vetá-lo. Parece pouco para quem fez menos do que podia fazer para evitar esse desgaste? Nem tanto, já que, do outro lado, ele também ajudou a armar a bomba da isonomia, que pode ter efeito muito pior que o que se queria evitar nas contas da Previdência. Já com as mudanças na lei de concessões, eles puseram mais próximos os fantasmas da crise de energia, de transportes e de comunicações, capazes de enterrar uma retomada do desenvolvimento, e 20 anos mais longe o dia em que poderemos ver **empresas com donos** fiscalizando a montanha de dinheiro necessária para tocar projetos e obras nessas áreas.

Não é preciso dizer que tudo isso aperta o espaço de manobra de quem quer ver este país mudar e aumentar o potencial de "negócios" na futura negociação das reformas constitucionais.

Deste Congresso, há pouco a ser dito. Trombar de frente com a vontade expressa da Nação no **day after** de uma eleição plebiscitária e na maré montante do Real é, para dizer o mínimo, insuflar um golpe. É implorar pelo fechamento do Congresso. Não pelos militares, porque já sabemos que isso é pior emenda que o soneto. Pela delegacia de costumes ou pelas autoridades sanitárias mesmo.

Já de quem se arriscou a manter com ele relações promíscuas, resta esperar que tenha tomado as devidas precauções e que, em nome de 34 milhões de eleitores, leve sem pagar. Os vetos é que dirão: se junto com o do mínimo vier o veto à anistia de Lucena, sabermos que o futuro não está comprometido. Senão, não há dúvida de que os ecos deste mau começo afetarão as difíceis relações com o novo Congresso que se instala depois do carnaval. Afinal, muitos dos mesmos negociantes de ontem estarão lá amanhã. (N. da R. Este editorial já estava escrito quando o porta-voz do presidente anunciou que ele manterá a anistia a Lucena, mas vetará o mínimo de R\$ 100,00.)